



ANÁLISE DE BALANÇO EM CASO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Guilherme Henrique Ricci Barbosa
Livia Cristina Goulart
Raquel Souza Volpe
Sara Luiza Gonçalves¹

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Maria Campanhol

Resumo: O objetivo deste estudo é demonstrar a importância da contabilidade, especificamente, a análise de balanço na recuperação judicial das empresas. Trata-se de um estudo de caso numa empresa de Franca do ramo calçadista. A pesquisa é do tipo descritivo, explicativa, exploratório, bibliográfico e documental. Foram analisados os balanços – Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado da empresa que solicitou a recuperação judicial. Para entendimento dos meandros do processo de recuperação judicial foi feita uma entrevista aberta com o administrador judicial da empresa, sendo os dados tratados de forma qualitativa. Este artigo trata-se dos aspectos teóricos da recuperação judicial e também da análise de Balanços; mostra o perfil da empresa em recuperação judicial, bem como o papel do administrador judicial e analisa o Balanço da empresa nos anos de 2014 e 2015 para observar as condições econômico-financeira da empresa que solicitou recuperação judicial, e, por fim, coloca os principais componentes que incitaram o pedido de recuperação judicial.

Palavras-chave: Recuperação judicial; Administrador; Empresa; Balanço.

Introdução

A aplicação da Lei nº 11.101 (Brasil, 2005), de 9 de fevereiro de 2005, Lei da recuperação judicial e falências, que substituiu o antigo Decreto-Lei 7.661/1945- Lei de falências e Concordatas (Brasil, 1945), trouxe inovações importantes na forma como se enfoca a situação da empresa em dificuldade econômica.

Nesse sentido o procedimento de Recuperação Judicial trazido pela lei 11.101/2005 traduz-se em verdadeira ferramenta jurídica a ser utilizada por empresas que atravessam período de crise econômico-financeira, de modo a possibilitar a reestruturação de seus negócios e, assim, retomar o curso normal de sua atividade econômica.

¹ Alunos regularmente matriculados no 8º semestre do Curso de Ciências Contábeis – noturno – do *Uni-FACEF Centro Universitário de Franca*.



Registre-se que a nova lei oferece mais transparência em seus procedimentos, tal como maior controle do processo pelas partes envolvidas, permitindo ainda que aqueles que tiveram insucesso no exercício de sua atividade econômica possam resgatar sua credibilidade e reestruturar suas empresas.

Além disso, a referida norma legal disponibiliza diversos mecanismos a serem utilizados para o soerguimento da empresa, como por exemplo a suspensão dos processos de execução contra a empresa em recuperação pelo prazo de 180 dias a contar do deferimento da Recuperação Judicial, consoante o disposto no artigo 6º da lei 11.101/2005 (Brasil,2005).

Deve-se atentar, todavia, para a necessidade de que a empresa apresente a condução desse processo de recuperação por meio de profissionais especializados e multidisciplinares, capazes de exercitarem com eficiência e eficácia o acompanhamento econômico-financeiro e contábil da empresa.

O significado de recuperar uma empresa abrange vários procedimentos e etapas, sendo necessário atentar para as medidas que a empresa deve realizar visando a reorganização econômica, administrativa e financeira da atividade privada.

A contabilidade consubstancia instrumento apto e imprescindível para que o responsável pela tomada de decisões da empresa tenha subsídios no tocante às informações necessárias, haja vista que a contabilidade permite uma adequada análise da situação patrimonial e financeira da empresa.

Registre-se que a contabilidade representa instrumento deveras significativo para que a empresa possa se reerguer e quitar suas dívidas melhorando a sua situação financeira, mantendo empregos e gerando economia.

A análise de balanço é ferramenta que pode apontar os pontos principais para identificar como a empresa está estruturada, assim como as principais modificações necessárias a serem realizadas com o escopo de obter sucesso na recuperação da empresa.

O presente estudo objetivo demonstrar a importância da contabilidade, especificamente a análise de balanços na recuperação judicial das empresas. Para tanto, estuda-se os balanços - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos anos de 2014 e 2015 de uma empresa de Franca, do ramo de calçados.



O artigo encontra-se organizado em cinco seções. Na primeira trata-se dos aspectos teóricos tanto da recuperação judicial quanto da análise de balanço. Na segunda mostra o perfil da empresa em recuperação judicial, bem como o papel do administrador judicial. Já na terceira seção são tratadas as análises feitas nos balanços, com intuito de observar as condições econômico-financeiras que levaram a empresa a solicitar o instituto da recuperação judicial. Por fim, em sua última seção, nas considerações finais, colocam-se as principais condições que incitaram o pedido de recuperação judicial. Trata-se de estudo de caso do tipo descritivo, explicativo, exploratório, bibliográfico e documental.

1 A Recuperação Judicial e a análise de balanços: aspectos teóricos

1.1 A Recuperação e a análise de balanço

Em 09 de fevereiro de 2005, foi sancionada a lei 11.101 (Brasil,2005), que dispõe sobre a nova sistemática da falência e da recuperação judicial e extrajudicial de empresários e sociedades empresárias.

Nesse passo, cabe transcrever o ensinamento de Coelho (2005):

A nova lei de falências tem o mesmo âmbito de incidência da anterior. Ela se aplica à execução concursal (e aos meios de evita-la, que passam a ser a recuperação judicial e a extrajudicial) do devedor sujeito às normas do Direito Comercial (COELHO, 2005, p. 10).

Vale notar que a aplicação da Lei Nº 11.101(Brasil,2005), de 9 de fevereiro de 2005, Lei da Recuperação judicial e Falências, que substitui o antigo Decreto-Lei 7.661/1945- Lei de Falências e Concordatas, trouxe inovações importantes na forma como se percebe e desenvolve a situação de uma empresa em dificuldade econômica.

O procedimento da Recuperação Judicial trazido pela lei 11.101 (Brasil, 2005) traduz-se e, verdadeira ferramenta jurídica a ser utilizada por empresas que atravessam um período de crise econômico-financeiro, de modo a possibilitar a reestruturação de seus negócios e, assim, retomar o curso normal de sua atividade econômica.



Além disso, a nova lei oferece mais transparência em seus procedimentos, bem como maior controle do processo pelas partes envolvidas, permitindo ainda que aqueles que tiveram insucesso no exercício de sua atividade econômica possam resgatar sua credibilidade e reestrutura suas empresas.

Trata-se, enfim, de legislação imbuída de inovações cujo principal enfoque é a preservação da empresa. Assim, os institutos da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial da sociedade empresária e do empresário correspondem a novidade que almeja a recuperação econômico-financeira da empresa, reconhecendo a sua importância como fonte de empregos e manutenção da economia.

Deve-se atentar, todavia, para a necessidade de que a empresa apresente a condução desse processo de recuperação por meio de profissionais especializados e multidisciplinares, capazes de exercitarem com eficiência e eficácia o acompanhamento econômico-financeiro e contábil da empresa, haja vista que o processo de recuperação abrange vários procedimentos e etapas, sendo necessário atentar para as medidas que a empresa deve realizar visando sua reorganização econômica, administrativa e financeira.

Nesse aspecto, o profissional contábil apresenta papel fundamental ao conduzir a forma como se dá o registro das informações contábeis e, assim, fornecer as informações necessárias para tomada de decisões, frise-se aptas para nortear a recuperação da empresa.

Logo, a contabilidade consubstancia instrumento imprescindível para que o responsável pela tomada de decisões da empresa tenha subsídios no tocante às informações da situação patrimonial e financeira da empresa.

A análise de balanço consiste em ferramenta que pode apontar os pontos principais para identificar como a empresa está estruturada, bem como as principais modificações necessárias a serem realizadas com o escopo de obter sucesso na recuperação da empresa.

O objeto da Análise de Balanço é oferecer um diagnóstico sobre a real situação econômico-financeira da organização, utilizando relatórios gerados pela



Contabilidade e outras informações necessárias à análise, relacionando-se prioritariamente utilização por parte de terceiros.

Dessa forma, o produto da análise de Balanço é utilizado para demonstrar a situação financeira e patrimonial da empresa.

Assim, as informações fornecidas pela análise de balanço estão voltadas para dentro e fora da empresa e não se limitam apenas a cálculo de indicadores de desempenho, pois fornecem dados imprescindíveis para que o empresário ou administrador possa tomar as melhores decisões.

Nesse sentido ensina Matarazzo.

A análise de balanço preocupa-se com a demonstração financeira que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará (MATARAZZO, 2010 p.5).

O Balanço Patrimonial apresenta todos os bens e direitos, assim como as obrigações em determinada data. Segundo Matarazzo (2010), o Ativo mostra o que existe concretamente na empresa, todos os bens e direitos devem ter comprovantes documentais, com exceção das despesas antecipadas e as diferidas. O Passivo exigível e o Patrimônio Líquido mostram a origem dos recursos que estão investidos no Ativo.

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta os aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa e, no mesmo passo, as receitas e despesas devem ser informadas na demonstração de resultado do exercício, o que roboros os dados necessários para a tomada de decisão dos empresários, investidores e administradores em tela.

Note-se, ainda, que se o Balanço Patrimonial apresenta as contas em sua forma estática a Demonstração do Resultado do Exercício mostra o resultado econômico da entidade durante o período sobe análise.

Dessa maneira, o resultado econômico, é o que se origina das variações aumentativas e diminutivas da situação líquida do patrimônio, sendo positiva quando o ativo é maior que o passivo, e negativa em situação inversa.



A primeira representa a situação normal em uma entidade com fins lucrativos, portanto mais comum, mas a outra situação também ocorre, fato que se verifica comum nas empresas que optam pela recuperação judicial.

Nesse passo, o conhecimento da situação da empresa, por meio do balanço e demais demonstrações contábeis é imprescindível para que a administração da empresa consiga realizar a tomada de decisão de maneira segura.

No levantamento dos Balanços e das demais Demonstrações Contábeis são necessários vários procedimentos que estão detalhados nas NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade, na lei das Sociedades por Ações e outras como o Regulamento do Imposto de Renda.

Além do mais, há o risco de oferecer parecer ou apresentar índices com poucos subsídios, tornando as informações imprecisas ou enganosas. Nesse caso, o analista de balanços poderá ser responsabilizado pelas informações prestadas, se o investidor ou credor sofrer prejuízos.

Então, para que o profissional da contabilidade apresente uma análise de balanço pertinente, faz-se necessário que tenha conhecimento acerca dos procedimentos que devem ser adotados em conformidade com as normas vigentes.

2 A Empresa em recuperação judicial

2.1 Perfil da empresa em recuperação judicial

Trata-se de uma empresa de médio porte, constituída sob a forma de sociedade empresária Ltda., que desenvolve a atividade de Fabricação de calçados, sendo que iniciou suas atividades há mais de 15 (quinze) anos na cidade de Franca/SP.

Cumprir informar que no início a empresa foi constituída como firma individual, mas já tinha como atividade a de industrialização de calçados para outros estabelecimentos.

Apresenta produtos selecionados, com boa repercussão nacional, sendo em sua maioria calçados masculinos. Nesse sentido, a empresa justifica a escolha de seus produtos, em razão de serem bem aceitos em todos os mercados,



justamente por se tratar de calçados com construção diferenciada, alto padrão de qualidade e conforto.

As operações no mercado externo iniciaram em 2001, possuindo clientes em países diversificados, sendo que participa de feiras nacionais e internacionais, como: Couromoda, Franca, Salão de Gramado (SICC), Zero Grau, Micam-Itália, FN Platform - USA, GDS- Alemanha e Micam-Shanghai na China.

Sua política é a satisfação plena de seus clientes, valorizando as pessoas envolvidas em todo o processo.

No entanto, como várias outras empresas do setor calçadista também sofreu muito com os fatores que impactaram negativamente a indústria no Brasil nos últimos anos.

Frise-se que a indústria em tela exportava praticamente 50% da sua produção quando o dólar começou o processo de desvalorização, saindo dos patamares de R\$3,00 e chegando a R\$1,50. Assim, considerando as faltas de proteções cambiais, as perdas foram pesadas.

Ademais, a importação de calçados chineses no Brasil afetou diretamente as vendas e os preços dos sapatos brasileiros, causando danos até maiores que a variação cambial.

Também alguns fatos internos, como adiante serão analisados, fizeram com que a empresa chegasse ao ponto crítico em que se encontrava no momento em que foi necessário o pedido de recuperação judicial.

3 A análise de balanço da empresa X

A seguir são apresentados os cálculos e análise dos dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado da empresa em recuperação Judicial nos anos de 2014 e 2015.

3.1 Análise balanço patrimonial

ANÁLISE BALANÇO ATIVO 2014/2015



		Análise Vertical		Análise Vertical	Análise Horizontal
ATIVO	2014 (R\$)		2015 (R\$)		
CIRCULANTE	7.877.722,39	64,91%	9.923.218,84	70,18%	125,97%
DISPONÍVEL	368.313,74	3,03%	595.116,86	4,21%	161,58%
Caixa	17.074,09	0,14%	40.083,53	0,28%	234,76%
Bancos Conta Movimento	266.039,41	2,19%	474.976,54	3,36%	178,54%
Bancos Conta Aplicação	85.200,24	0,70%	80.056,79	0,57%	93,96%
CRÉDITOS	5.093.161,10	41,96%	6.519.717,78	46,11%	128,01%
Clientes Mercado Interno	6.536.457,07	53,86%	4.819.015,45	34,08%	73,73%
Clientes Mercado Externo	1.210.467,19	9,97%	1.481.176,45	10,48%	122,36%
(-) Duplicatas Descontadas	(4.673.173,91)	-38,50%	(2.935.137,56)	-	62,81%
Impostos Federais a Recuperar	66.809,80	0,55%	679.024,98	4,80%	1016,36%
Impostos Estaduais a Recuperar	13.809,94	0,11%	255.141,11	1,80%	1847,52%
Adiant. Da Folha	65.325,82	0,54%	20.758,67	0,15%	31,78%
Ad. A Fornecedores	296.041,50	2,44%	547.206,12	3,87%	184,84%
Adiant. A Representantes	66.956,38	0,55%	45.080,93	0,32%	67,33%
Adiantam Negociação Fornecedores	-	0,00%	131.165,91	0,93%	0,00%
Bancos Conta Garantida	340.737,68	2,81%	237.871,17	1,68%	69,81%
Bancos Conta Caução	504.240,22	4,15%	56,15	0,00%	0,01%
Cheques a Receber	76.017,42	0,63%	72.953,95	0,52%	95,97%
Empréstimos a Terceiros	589.471,99	4,86%	1.165.404,45	8,24%	197,70%
ESTOQUES	2.262.065,90	18,64%	2.677.217,59	18,93%	118,35%
Estoque de Matéria Prima	1.395.669,68	11,50%	2.055.781,12	14,54%	147,30%
Estoque de Produto Acabado	411.824,09	3,39%	366.796,37	2,59%	89,07%
Estoque de Produto em Elaboração	443.423,64	3,65%	243.491,61	1,72%	54,91%
Matéria Prima Entrega Futura	11.148,49	0,09%	11.148,49	0,08%	100,00%
DESPESAS	154.181,65	1,27%	131.166,61	0,93%	85,07%



ANTECIPADAS					
Despesas de Exercícios Seguintes	154.181,65	1,27%	131.166,61	0,93%	85,07%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.696.737,94	13,98%	1.549.278,58	10,96%	91,31%
CRÉDITOS	1.696.737,94	13,98%	1.549.278,58	10,96%	91,31%
Depósitos Judiciais	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Juros s/ Impostos e Empréstimos	1.696.737,94	13,98%	1.549.278,58	10,96%	91,31%
PERMANENTE	2.562.531,32	21,11%	2.666.783,93	18,86%	104,07%
IMOBILIZADO	2.562.531,32	21,11%	2.666.783,93	18,86%	104,07%
Máquinas e Equipamentos	1.001.014,76	8,25%	477.962,93	3,38%	47,75%
Móveis e Utensílios	108.864,23	0,90%	112.391,23	0,79%	103,24%
Veículos	330.856,31	2,73%	330.856,31	2,34%	100,00%
Equiptos. Telefonia	21.591,39	0,18%	21.591,39	0,15%	100,00%
Equiptos. Informática	155.672,33	1,28%	143.122,35	1,01%	91,94%
Ferramentas	3.676,87	0,03%	3.676,87	0,03%	100,00%
Edificações e Imóveis	68.314,98	0,56%	68.314,98	0,48%	100,00%
Software e Programas	36.214,31	0,30%	38.984,65	0,28%	107,65%
Marcas e Patentes	46.851,51	0,39%	119.926,79	0,85%	255,97%
Benfeitoria em Imóveis Terceiros	135.472,79	1,12%	135.472,79	0,96%	100,00%
(-) Deprec. Acumuladas	(9.058,16)	-0,07%	(9.058,16)	-0,06%	100,00%
Máquinas Alugadas	22.000,00	0,18%	155.000,00	1,10%	704,55%
Máquinas Emprestadas	636.130,00	5,24%	1.051.061,80	7,43%	165,23%
Móveis e Utensílios Emprestados	800,00	0,01%	800,00	0,01%	100,00%
Computadores Emprestados	4.130,00	0,03%	16.680,00	0,12%	403,87%
TOTAL DO ATIVO:	12.136.991,65	100,00%	14.139.281,35	100,00%	116,50%

Fonte: Elaborado pelos próprios autores

ANÁLISE BALANÇO PASSIVO 2014/2015					
		Análise Vertical		Análise Vertical	Análise Horizontal
PASSIVO	2014 (R\$)		2015 (R\$)		
CIRCULANTES	3.915.611,14	32,26%	5.423.548,74	38,36%	138,51%
EXIGÍVEL	3.915.611,14	32,26%	5.423.548,74	38,36%	138,51%
Fornecedores Mat.	536.022,60	4,42%	1.420.907,44	10,05%	265,08%



Prima					
Fornecedores Bancas	854,91	0,01%	15.484,20	0,11%	1811,21%
Fornecedores Transportadoras	7.916,95	0,07%	12.056,37	0,09%	152,29%
Fornecedores Serviços	44.500,05	0,37%	83.122,53	0,59%	186,79%
Fornecedores Representantes	-	0,00%	5.366,32	0,04%	0,00%
Fornecedores Diversos	359.355,12	2,96%	715.176,18	5,06%	199,02%
Salários a Pagar	41.346,32	0,34%	74.994,50	0,53%	181,38%
Contribuições a Recolher	125.457,98	1,03%	98.837,21	0,70%	78,78%
Impostos a Recolher	312.947,73	2,58%	115.909,41	0,82%	37,04%
Outras Contas a Pagar	132,00	0,00%	78,00	0,00%	59,09%
Adiantamento Contrato de Cambio	294.855,94	2,43%	214.935,94	1,52%	72,90%
Empréstimos e Financiamentos	1.580.123,31	13,02%	1.270.995,86	8,99%	80,44%
Financiamento de Imobilizado	73.792,67	0,61%	20.349,59	0,14%	27,58%
Adiantamento de Clientes	434.529,52	3,58%	958.981,14	6,78%	220,69%
Provisões S/ Folha	103.776,04	0,86%	416.354,05	2,94%	401,20%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	10.340.207,46	85,20%	9.692.154,55	68,55%	93,73%
PARCELAMENTO DE IMPOSTOS	2.333.522,40	19,23%	2.116.144,12	14,97%	90,68%
Parcelamento de Impostos Federais	-	0,00%	(23.935,34)	-0,17%	0,00%
Parcelamento de Impostos Estaduais	2.333.522,40	19,23%	2.140.079,46	15,14%	91,71%
CREDORES RECUPERAÇÃO JUDICIAL	8.006.685,06	65,97%	7.576.010,43	53,58%	94,62%
Credores Fornecedores	1.140.205,53	9,39%	1.018.782,10	7,21%	89,35%
Credores Fornecedores Financiador	915.501,34	7,54%	827.704,33	5,85%	90,41%
Credores Instituição Financeira	2.894.391,65	23,85%	2.827.321,82	20,00%	97,68%
Credores Inst. Financeira Financiadora	3.056.586,54	25,18%	2.902.202,18	20,53%	94,95%
RESULTADO DO EXERCÍCIO FUTURO	3.364.259,88	27,72%	3.187.018,34	22,54%	94,73%
RECEITAS FUTURAS	3.364.259,88	27,72%	3.187.018,34	22,54%	94,73%
Juros Renegociação Duplicatas	27.378,39	0,23%	3.187.018,34	22,54%	11640,63 %
Deságios a Serem	3.336.881,49	27,49%	0,00	0,00%	0,00%



Aplicados					
PATRIMONIO LÍQUIDO	(5.483.086,83)	-45,18%	(4.163.440,28)	-29,45%	75,93%
CAPITAL E RESERVA	(5.483.086,83)	-45,18%	(4.163.440,28)	-29,45%	75,93%
Capital Social	1.301.371,00	10,72%	1.301.371,00	9,20%	100,00%
Lucros Acumulados	828.061,03	6,82%	828.061,03	5,86%	100,00%
Prejuízos Acumulados	(8.523.566,83)	- 70,23%	(9.262.635,43)	- 65,51%	108,67%
Compensação de Prejuízos	1.476.979,80	12,17%	1.476.979,80	10,45%	100,00%
Resultado do Exercício	(785.027,17)	-6,47%	1.273.687,98	9,01%	-162,25%
Ajustes de Exercícios Anteriores	219.095,34	1,81%	219.095,34	1,55%	100,00%
TOTAL DO PASSIVO:	12.136.991,65	100,00 %	14.139.281,35	100,00 %	116,50%

Fonte: Elaborado pelos próprios autores

Analisando a entidade verificamos que seu giro (70,18%) está maior que seu fixo (29,82%), mostrando que a entidade possui uma renovação rápida concentrando seus recursos no ativo circulante, mas o maior giro da empresa está nos créditos (46,11%) expondo que a empresa possui um alto valor a receber, quase todo seu ativo circulante, sendo uma das razões pela qual a levou a solicitar a recuperação judicial, pois seus prazos para receber são maiores que os de pagamento.

Avaliando seus estoques (18,93%), está muito elevada a matéria prima (14,54%), devendo ser avaliado se à necessidade de uma reserva alta de material para a produção.

O ativo permanente (18,86%) está muito bem distribuído, seus equipamentos alugados (7,43%) estão elevados o que é bom, pois conforme as máquinas vão envelhecendo a empresa necessita de equipamentos novos, alugando às máquinas a entidade evita um investimento desnecessário e possui a opção de trocar todo ano o seu maquinário.

Apesar de sua atual situação, a empresa obteve um crescimento em seu giro (25,97%), o que pode ser explicado pela venda de equipamentos em seu permanente (52,25%) e o aumento de seu maquinário alugado (604,55%).



Houve um aumento em seus créditos (28,01%), no entanto, não houve aumento de vendas.

A estrutura de seu passivo está péssima, pois a procura de recursos de terceiros a curto (38,36%) e em longo prazo (68,55%), mostra uma grande procura por recursos de terceiros.

Houve crescimento em suas dívidas em curto prazo (38,51%).

Podemos observar um crescimento em mão de obra de terceiros (1.711,21%), apresentando a grande procura por recursos de terceiros.

Em seus juros de renegociação de duplicatas (11.540,63%) obteve um grande crescimento o que pode ser explicado pela recuperação judicial.

3. 2 Análise das demonstrações do resultado

Demonstração do Resultado do Exercício					
	2014 (R\$)	Análise Vertical	2015 (R\$)	Análise e Vertical 1	Análise Horizontal
Receita Bruta Operacional	33.754.796,15	100,00 %	24.026.319,18	100,00 %	71,18%
Receita Bruta Vendas Produção Própria Mercado Interno	22.652.356,33		11.345.973,33		
Receita Bruta Revendas Mercadorias de Terceiros Merc. Interno	35.520,84		1.042.999,78		
Receita Bruta Vendas Produção Própria Mercado Externo	10.927.314,58		11.494.017,70		
Receita Bruta Vendas Produção Própria Mercado Externo (Trading)	139.604,40		143.328,37		
(-) Deduções de Venda	(5.283.081,09)		(2.728.076,28)		
(-) IPI	-		-		
(-) Demais Impostos Incidentes s/Vendas	(4.313.067,93)		(2.158.273,17)		
(-) Demais Impostos Incidentes s/Revenda	(6.205,35)		(174.000,35)		
(-) Devoluções s/Vendas Mercado Externo	(232.228,53)		-		
(-) Devoluções s/Vendas	(893.323,41)		(298.479,88)		



Mercado Interno					
(+) Impostos Incidentes s/Devoluções de Vendas	161.744,13		56.267,67		
(-) Devoluções de Revenda Mercado Interno	-		(9.391,38)		
(+) Impostos Incidentes s/Revenda	-		(144.199,17)		
Receita Líquida Operacional	28.471.715,06	84,35%	21.298.242,90	88,65%	74,80%
(-) Custos dos Produtos Vendidos	(19.621.610,13)	-58,13%	(14.935.858,11)	-62,16%	76,12%
Lucro Bruto Operacional	8.850.104,93	26,22%	6.362.384,79	26,48%	71,89%
Despesas/Receitas Operacionais	(9.641.799,04)	-28,56%	(5.088.696,81)	-21,18%	52,78%
(-) Despesas Comerciais Mercado Interno	(2.890.072,74)		(1.888.905,84)		
(-) Despesas Comerciais Mercado Externo	(1.002.360,47)		(991.325,44)		
(-) Despesas Comerciais Pessoal	(382.557,83)		(361.818,93)		
(-) Despesas Administrativas	(1.423.146,51)		(761.319,22)		
(-) Despesas Administrativas Pessoal	(708.518,38)		(692.113,20)		
(-) Despesas Tributárias	(156.148,49)		(20.916,69)		
(-) Despesas Financeiras	(2.673.773,79)		(1.618.885,04)		
(+) Receitas Financeiras	235.171,01		728.685,42		
(-) Despesas Dedutíveis	(34.065,14)		(54.412,48)		
(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais	32.173,28		572.314,61		
(+) Recuperação de Despesas	121.502,33		-		
(-) Perdas Aplicações Financeiras	(611.332,31)		-		
(-) Perdas de Créditos não recebíveis	(148.670,00)		-		
Resultado Líquido Operacional	(785.027,17)		1.273.687,98		
(-) IRPJ	-		(235.276,30)	-0,98%	
(-) ADICIONAL DE IRPJ	-		-		
(-) CSLL	-		(113.498,30)	-0,47%	



Resultado Líquido	(785.027,17)	-2,35%	924.913,38	3,85%	
--------------------------	---------------------	---------------	-------------------	--------------	--

Fonte: Elaborado pelos próprios autores

A estrutura da demonstração do resultado do exercício (DRE) de 2015 está melhor do que 2014, o seu custo de mercadoria vendida (CMV) (62,16%) e suas despesas operacionais (21,18%), que levaram a empresa obter um lucro de 3,85% sobre as vendas.

No que se refere ao ano de 2014, a situação da empresa foi de prejuízo de 2,35%.

Apesar de todas as despesas a empresa está conseguindo se reerguer e obtendo um lucro de 3,85%, não sendo um resultado bom, se compararmos com o setor financeiro, a poupança rende em média 6% a.a.

Analisando horizontalmente podemos observar uma queda em suas vendas (28,82%), uma situação péssima para a empresa, seu custo com mercadoria vendida (CMV) (23,88%) e despesas operacionais (47,22%).

3.3 Análise de liquidez

As análises de liquidez avaliam a capacidade da empresa para pagamento de suas obrigações.

O quociente comum de liquidez (Q.C.L) demonstra se os direitos são capazes de quitar suas obrigações a curto prazo, sendo o ativo circulante (AC) dividido pelo passivo circulante (PC), conforme quadro a seguir:

QUOCIENTE COMUM DE LIQUIDEZ			
Q.C.L	AC	2014	2015
	PC	2,01	1,83

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 dívidas, em curto prazo a entidade possui R\$ 2,01 em 2014 e R\$ 1,83 em 2015 em direitos.

A empresa está em uma situação boa, pois mostra que possui bens e direitos em seu ativo circulante para quitar as suas dívidas a curto prazo.



Já o quociente seco de liquidez (Q.S.L) é basicamente o mesmo sentido do quociente comum de liquidez, mas excluindo o estoque, pois não apresenta liquidez adaptável com o patrimônio, ativo circulante (AC) menos o estoque dividido pelo passivo circulante (PC):

QUOCIENTE SECO DE LIQUIDEZ			
Q.S.L	AC- ESTOQUE	2014	2015
	PC	1,43	1,34

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de obrigações a empresa possui R\$ 1,43 em 2014 e R\$ 1,34 em 2015 de bens e direitos a curto prazo excluindo os estoques.

Situação ótima, mostra que a empresa não necessita de seu estoque para quitar suas dívidas a curto prazo.

No quociente geral de liquidez (Q.G.L), leva em consideração a circunstância a longo prazo da entidade, ativo circulante (AC) mais o realizável a longo prazo (RLP) dividido pelo passivo circulante (PC) + exigível a longo prazo (ELP):

QUOCIENTE GERAL DE LIQUIDEZ			
Q.G.L	AC+ RLP	2014	2015
	PC+ELP	0,67	0,76

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de dívidas a curto e longo prazo a empresa possui R\$ 0,67 em 2014 e R\$ 0,76 em 2015 de bens e direitos a curto e a longo prazo.

Os resultados acima são insatisfatórios, pois mostra que o ativo da empresa não quita suas dívidas a curto e longo prazo.

O Quociente Absoluto de liquidez (Q.A.L) utiliza apenas o disponível para quitar as obrigações, caixa ou equivalentes dividido pelo passivo circulante (PC):

QUOCIENTE ABSOLUTO DE LIQUIDEZ			
Q.A.L	CAIXA OU EQUIVALENTE	2014	2015
	PC	0,09	0,11

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.



Para cada R\$ 1,00 de dívidas em curto prazo a empresa possui R\$ 0,09 em 2014 e R\$ 0,11 em 2015 de caixas e equivalentes.

Situação boa, pois nesta análise trata de pagar todas as dívidas a curto prazo da entidade à vista.

1.1 CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDEZ

Capital circulante de liquidez (C.C.L) analisa os bens, direitos e obrigações a curto e longo prazo da entidade, ativo circulante (AC) mais realizável a longo prazo (RLP) dividido pelo passivo circulante (PC) mais o passivo não circulante (PNC):

CAPITAL CIRCULANTE DE LIQUIDEZ			
C.C.L	AC+RLP	2014	2015
	PC+PNC	R\$ 3.962.111,25	R\$ 4.499.670,10

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

A situação está positiva em ambos os anos, havendo um aumento ótimo em 2015, sendo seus bens e direitos maiores que suas obrigações a curto e longo prazo.

1.2 ANALISE DE IMOBILIZAÇÃO

A análise de imobilização verifica o ativo permanente da empresa.

O quociente de imobilização geral (Q.I.G) analisa os índices aplicados do ativo total no permanente da empresa, ativo permanente (AP) dividido pelo ativo total (AT):

QUOCIENTE DE IMOBILIZAÇÃO GERAL			
Q.I.G	AP	2014	2015
	AT	0,21	0,19

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de ativo total a empresa possui em 2014 R\$ 0,21 e em R\$ 2015 R\$ 0,19 em seu ativo permanente.



A situação está boa, pois o crescimento dos investimentos da empresa está no giro.

Para o quociente de imobilização com recursos próprios (Q.I.R.P) avalia o quanto os recursos próprios são aplicados no permanente, ativo permanente (AP) dividido pelo patrimônio líquido (PL):

QUOCIENTE DE IMOBILIZAÇÃO C/ RECURSOS PRÓPRIOS			
Q.I.R.P	AP	2014	2015
	PL	0,47	0,64

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido a empresa aplica R\$ 0,47 em 2014 e R\$ 0,64 em 2015 no seu ativo permanente.

Situação desejável, pois mostra que a empresa se utiliza de recursos próprios em seu ativo permanente.

1.3 ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO

A análise de endividamento demonstra as dívidas da empresa, e não avalia a capacidade de pagamento da entidade.

O Quociente de endividamento geral (Q.E.T) analisa o quanto dos recursos totais é buscado em terceiros, passivo circulante (PC) mais exigível a longo prazo (ELP) dividido pelo passivo total (PT):

QUOCIENTE DE ENDIVIDAMENTO GERAL			
Q.E.T	PC+ELP	2014	2015
	PT	1,17	1,07

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de dívidas totais a empresa busca R\$ 1,17 em 2014 e R\$ 1,07 em 2015 de recursos de terceiros.

Situação péssima, pois a empresa está altamente endividada e incorrerá em juros.

Quociente de endividamento a curto prazo (Q.E.C.P), avalia o quanto a empresa está endividada a curto prazo, sendo o passivo circulante (PC) dividido pelo passivo total (PT):



QUOCIENTE DE ENDIVIDAMENTO Em CURTO PRAZO			
Q.E.C.P	PC	2014	2015
	PT	0,32	0,38

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de dívidas totais a entidade está com um endividamento de R\$ 0,32 em 2014 e R\$ 0,38 em 2015 a curto prazo.

Situação favorável, pois a maioria de suas dívidas se encontra a longo prazo, isto é mais tempo para a empresa quitar com suas obrigações.

Já o quociente de endividamento a longo prazo (Q.E.L.P) avalia o quanto de endividamento total será paga a longo prazo, passivo total (PT) dividido pelo exigível a longo prazo (ELP):

QUOCIENTE DE ENDIVIDAMENTO A LONGO PRAZO			
Q.E.L.P	ELP	2014	2015
	PT	0,85	0,69

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de dívidas totais a empresa possui um endividamento em longo prazo de R\$ 0,85 em 2014 e R\$ 0,69 em 2015.

Neste caso a situação está favorável, pois a maioria de suas dívidas se encontra em longo prazo (recuperação judicial), isto é mais tempo para a empresa quitar com suas obrigações.

A participação de recursos próprios (Q.P.R.P), mostra a participação dos sócios com recursos para a empresa, patrimônio líquido (PL) dividido pelo passivo total (PT):

PARTICIPAÇÃO DE RECURSO PRÓPRIOS			
Q.P.R.P	PL	2014	2015
	PT	-0,45	-0,29

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de dívidas totais – R\$0,45 em 2014 e -R\$ 0,29 em 2015 são referentes a participação dos sócios.

Situação péssima, pois há uma procura grande de recursos de terceiros.



A garantia de capitais de terceiros (G.C.3º), avalia a procura de recursos de terceiros dentro da entidade, passivo circulante (PC) mais exigível a longo prazo (ELP) dividido pelo patrimônio líquido (PL):

GARANTIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS			
G.C.3º	PC+ELP	2014	2015
	PL	-2,44	-3,63

Fonte: Elaborado pelos próprios membros

Para cada R\$ 1,00 de recursos próprios a empresa possui -R\$2,44 em 2014 e -R\$ 3,63 em 2015 de recursos de terceiros.

Situação péssima em ambos os anos, porque a entidade não possui recursos próprios suficientes para cobrir os recursos de terceiros.

1.4 ANÁLISE DE RENTABILIDADE

À análise de rentabilidade avalia os resultados em várias circunstâncias.

O quociente referente a margem (M) avalia o quanto as vendas obtém de lucro, sendo o lucro líquido (LL) dividido pelas vendas:

QUOCIENTE REFERENTE A MARGEM			
M	L.L	2014	2015
	VENDAS	-0,02	0,04

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de vendas a empresa obtém um prejuízo de R\$0,02 em 2014 e lucro de R\$ 0,04 em 2015.

A entidade em 2014 está péssima obtendo um prejuízo para a empresa, já em 2015 a situação continua ruim pois a rentabilidade da poupança é maior que o lucro da empresa, mas em comparação a 2014 a empresa aumentou seu lucro.

Já no quociente referente ao giro (G), mostra o giro do ativo a partir das vendas líquidas vendas divididas pelo ativo:



QUOCIENTE REFERENTE AO GIRO			
G	VENDAS	2014	2015
	ATIVO	2,78	1,70

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de ativo a empresa vende R\$ 2,78 em 2014 e R\$ 1,70 em 2015.

Situação péssima, porque a empresa está demorando mais que 1 ano para renovar o seu ativo em ambos os anos analisados.

O retorno sobre o ativo (R.S.A), mostra o quanto à de lucro sob o total do ativo, lucro líquido (LL) dividido pelo ativo:

RETORNO SOBRE O ATIVO			
R.S.A	L.L	2014	2015
	ATIVO	-0,07	0,07

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para cada R\$ 1,00 de ativo a empresa obtém um prejuízo de R\$0,07 em 2014 e lucro de R\$ 0,07 em 2015.

Situação indesejável em 2014, mas em 2015 está favorável, pois a empresa está a rentabilidade maior que a poupança.

O retorno sobre o patrimônio (R.S.P.L), verifica o quanto os recursos próprios são capazes de gerar lucro, lucro líquido (LL) dividido pelo patrimônio líquido (PL):

RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO			
R.S.P.L	L.L	2014	2015
	PL	0,14	-0,22

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

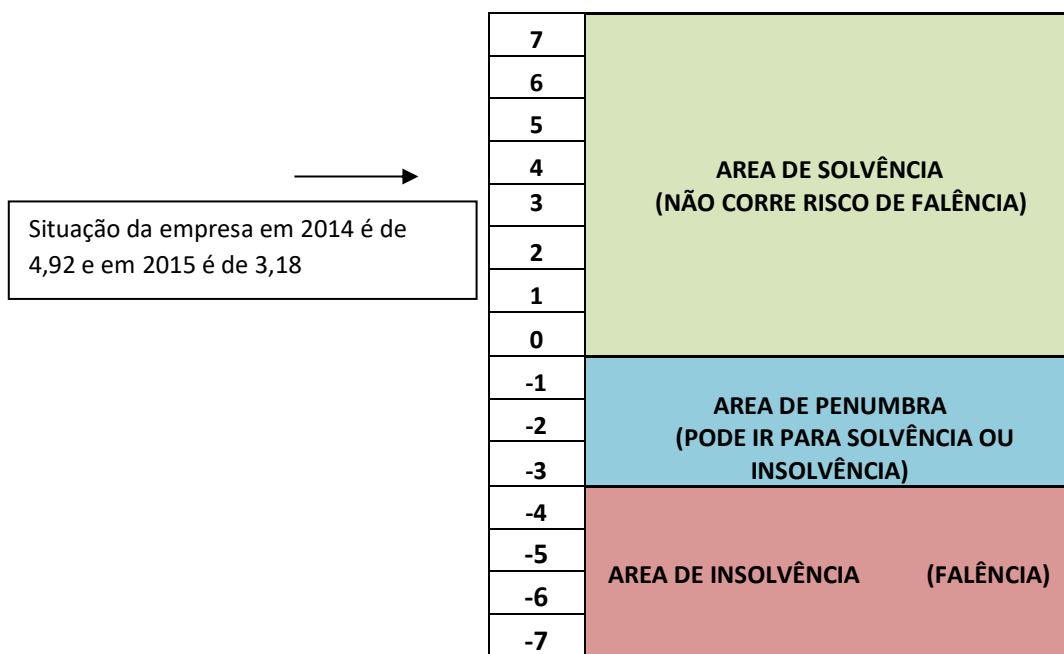
Para cada R\$ 1,00 de recursos próprios a empresa obtém de lucro em 2014 R\$ 0,14 e prejuízo em 2015 de R\$0,22.

Situação ruim, pois o retorno está menor do que a poupança.



1.5 FATOR DE SOLVÊNCIA DE KANITZ

A análise do fator de solvência de Kanitz é a capacidade da empresa em sobreviver no competitivo mercado atual.



Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

A empresa em ambos os anos está na área de Solvência, isto é, não corre risco de falência, mas seus índices nos anos em análises (2014 e 2015) caíram, o que exige uma análise para verificar esta queda preocupante.

1.6 PRAZOS MÉDIOS

Os prazos médios facilitam na gestão da entidade em relação a estocagem, recebimento de clientes e pagamentos de fornecedores.

O prazo médio de rotação de estoques (P.M.R.E), avalia a quantidade de dias que a empresa demora para renovar seus estoques, 360 dias dividido pelo custo de mercadoria vendida (CMV) dividido pelo estoque médio:

PRAZO MÉDIO DE ROTAÇÃO DE ESTOQUES		
P.M.R.E	360 DIAS	60 dias
	CMV/ ESTOQUE MÉDIO	



Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Já o prazo médio de recebimento de clientes (P.M.R.V) avalia a quantidade de dias que a empresa demora para receber de seus clientes (prazo de pagamento oferecido pela entidade), 360 dias dividido pelas vendas dividida pela média clientes:

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DE CLIENTES		
P.M.R.V	360 DIAS	95 dias
	VENDAS/ MÉDIA CLIENTES	

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

No prazo médio de pagamento de fornecedores mostra os prazos que a empresa possui para pagar os seus fornecedores, 360 dias dividido pelas compras dividido pela média fornecedor:

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DE FORNECEDORES		
P.M.P.C	360 DIAS	34 dias
	COMPRAS/ MÉDIA FORNECEDOR	

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

A empresa está em uma situação péssima, o estoque fica 60 dias parados até a sua venda, e a média para recebimento do cliente é de 95 dias, a entidade possui um prazo de 155 dias para o recebimento do dinheiro, mas a dívida com o fornecedor deve ser quitada em 34 dias, isto é, a empresa possui 121 dias de juros.

Para análise dos balanços- Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – pode-se apontar como pontos fracos da empresa:

- A concentração de créditos a receber no ativo circulante
- O desequilíbrio nos prazos médios de Recebimentos de clientes em relação aos prazos médios de pagamentos dos fornecedores
- A queda nas vendas de 2014 para 2015
- A grande dependência dos recursos de terceiros



- O custo das mercadorias vendidas e as despesas operacionais altas.

Sob fatores que podem levar uma empresa à falência, no entanto, há pontos importante:

- Há liquidez no curto prazo
- Não está altamente imobilizada
- Está na área de solvência quando se analisa rentabilidade, liquidez e endividamento.

Considerações Finais

Com a nova lei de recuperação judicial 11.101/(Brasil,2005) em exercício, é notório o fato de que o objetivo é demonstrar uma maior transparência e controle no procedimento na fase de recuperação judicial.

Assim para uma empresa conseguir se reerguer e voltar ao mercado, é excepcional a presença de um administrador judicial auxiliando nos pontos importantes nas análises, este profissional deve estar apto a usufruir as informações cedidas no balanço e passar para os administradores a verdadeira situação da entidade.

Observa-se, pela análise de Balanço, que após a recuperação judicial houve muitas melhorias, o resultado do exercício demonstrou a saída de prejuízo para lucro.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido, a empresa deve melhorar o custo de mercadorias vendidas e as despesas operacionais que estão altas, deve administrar os estoques elevados e as vendas que estão caindo, deve se atentar para os prazos de recebimentos e negociar com os fornecedores os prazos de pagamentos.

O fator principal que levou a empresa a solicitar a recuperação judicial pelas análises foram os prazos de recebimento de clientes, sendo maiores do que o oferecido pelos fornecedores, bem como o alto custo das mercadorias vendidas e as despesas operacionais que estão altas.



A empresa, foco do estudo, com a boa administração judicial e com o acompanhamento dos números do Balanço em total condições de não entrar em processo de falência.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 11.101*. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Brasília, 9 fev. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm>. Acesso em 23 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto-lei nº 7.661.21* de junho de 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del7661.htm>. Acesso em: 23 ago. 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, Antonio de Loureiro; BIANCOLINO, César Augusto; BORGES, Tiago Nascimento. **Sistemas de informações contábeis: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. 2ª ed. São Paulo: SARAIVA, 2005.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira fundamentos e atualidade**. São Paulo: Atlas, 4. ed. 2012.

MATARAZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. São Paulo: Atlas, 7. ed. 2010.

NETO, Rocha. **Gestão de organização**. São Paulo: Atlas, 2003.

ROBERT, Michel. **Estratégia**. São Paulo: Negócio Editora, 2. ed. 1998.